
A ÁREA DE CINEMA E EDUCAÇÃO EM DEBATE

O outro e a diferença, formações, pedagogias, preservação, acessibilidade e políticas

Adriana Hoffmann Fernandes^(*)
Virgínia de Oliveira Silva^(**)

Apesar do campo [Cinema e Educação] já existir há muitos anos, ou melhor, décadas, atualmente continuamos tentando provar que ele é importante. Me parece que existe um vácuo entre quem está fazendo, quem está aprendendo e a relação com o governo e com a escola. Há uma ausência de comunicação.

(India Martins. Entrevista a Raquel Pacheco, 2015)

Este Número Temático abre um espaço importante para divulgar as pesquisas realizadas na área de Cinema e Educação e as reflexões oriundas destas com o objetivo de ampliar o processo de comunicação de que nos fala India, professora da UFF, na epígrafe deste texto. Nesse movimento, a revista TEIAS busca colaborar com o processo de garantir uma maior visibilidade às pesquisas na área de Cinema e Educação – área que possui pesquisadores que a ela se dedicam há décadas, muito embora não venham encontrando com muita tranquilidade espaço para a publicação dos resultados de seus estudos nos periódicos acadêmicos da educação. Em resistência a essa ação que limita a circulação, a divulgação e a socialização de conhecimentos tecidos ao longo dos *temposespaços* de nossas práticas reflexivas, reunimos nesta edição os artigos que trazem algumas das questões pertinentes aos pesquisadores da área e que vêm sendo discutidas nas relações entre o Cinema e a Educação, em diferentes espaços de ação pedagógica e de pesquisa.

Muitas das reflexões aqui empreendidas já perpassam os debates de eventos acadêmicos consolidados na área, como as discussões realizadas nas reuniões bianuais da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (Anped) especialmente no GT-16 (Educação e Comunicação), os Colóquios de Pesquisa em Educação e Mídia, realizados na Unirio, os Seminários Internacionais Redes de Conhecimentos, organizados na UERJ, e os eventos culturais de cinema em que a

^(*)Doutora em Educação e Mídia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Adjunta da Escola de Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). *E-mail:* hoffadri58@gmail.com.

^(**)Pós-doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ). Professora Associada do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). *E-mail:* cinestesico@gmail.com.

educação tem assumido um espaço maior de diálogo, como é o caso do Festival de Cinema de Ouro Preto (Cineop).

Os autores que compõem este número temático de Cinema e Educação realizam muito bem esse papel de nos apresentar, de forma consistente, por onde caminha boa parte das discussões na área. Temos nesta edição artigos que refletem sobre a **questão do outro e da diferença** nos filmes e na relação que os sujeitos estabelecem com o cinema em suas diversas formas de acesso; que promovem **reflexões a respeito do processo formativo com o cinema**; que focalizam a **análise de projetos de Cinema e Educação**; que refletem sobre o **fazer cinematográfico**; que se debruçam sobre **materiais pedagógicos**; e que pensam sobre a importância da **preservação e da acessibilidade ao material audiovisual**. Ou seja, reunimos uma gama significativa da reflexão que vem sendo tecida e que se expressa **nas políticas em processo de construção sobre o cinema na escola e o debate na área**. As relações com o audiovisual, com o fazer cinema e com o preservar e difundir o cinema e as questões referentes às políticas fazem parte do modo como dialogamos com os outros do cinema e pelo cinema. A diversidade com que o tema é abordado e que apresentaremos a seguir já aponta a riqueza dessa perspectiva de trabalho e de pesquisa que une Cinema e Educação. Esperamos que, com a abertura de cada vez mais espaços de reflexão e debate entre as áreas da Comunicação e da Educação, amplie-se cada vez mais esse diálogo entre os projetos, as pesquisas e as políticas nas áreas de Cinema e Educação.

Trazemos de início o artigo das pesquisadoras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rosa Maria Bueno **Fischer** e Fabiana **Marcello**, intitulado **PENSAR O OUTRO NO CINEMA: POR UMA ÉTICA DAS IMAGENS**, no qual trazem questões relacionadas ao tema do “outro”, do estrangeiro e da diferença, articulando-as aos dados de uma pesquisa de recepção ao cinema realizada com 150 estudantes universitários durante dois anos e que tem mostrado a potência de um aprendizado relativo à linguagem cinematográfica. Na análise do que comentam os estudantes universitários, em textos elaborados a partir da experiência com filmes dos cineastas iranianos Abbas Kiarostami, Majid Majidi e Marjane Satrapi, refletem sobre as formas de mobilização dos estudantes, no processo de elaboração ética de si mesmo e de enfrentamento do outro, por meio do cinema. As autoras nos remetem a uma educação do olhar, entendendo que se trata de uma formação ética e ao mesmo tempo estética, que nos leva a pensar sobre nós mesmos.

Algumas das questões que Fischer e Marcello nos propõem para pensar são: como me disponho a ver (e a falar de) algo que nunca antes havia ocupado meu pensamento, pelo menos não de modo tão claro? Quem seria esse estrangeiro e diferente, o estranho que chega, aquele que

desacomoda o instalado? De que modo a narrativa deste filme me conduz imediatamente a sensações ou a lembranças guardadas tão fortemente em mim, e agora revividas? Como aceito (ou rejeito) um modo específico de mostrar isto ou aquilo? Nesse sentido, as autoras nos remetem a pensar que a experiência com o cinema aproxima-se da experimentação filosófica como aborda Badiou, autor com o qual dialogam, trazendo ao debate a questão de que existe a condição de um filme ser ao mesmo tempo arte e não-arte, objeto aproximado do cotidiano, do “comum”, e igualmente algo que se faz disponível ao “trabalho do pensamento” (BADIOU, 2004, p. 34). Nesse trabalho do pensamento, elas têm o cuidado de não fixar nem coisificar o outro – mas apenas “roçar” sua estranheza ao conduzir a perspectiva de pesquisa que as incentiva a insistir na relevância de uma preparação ética, estética e política, em relação a esse tema com o qual todos nos defrontamos: os ódios e os fardos gerados por dentro daquilo que insiste em ser diferença, em ser não-conformidade com o que somos – trate-se de estranhezas quanto a certa nacionalidade, trate-se de estranhezas que marquem determinadas condições de vida, em termos econômicos, sociais, geracionais, de orientação sexual e de raça, e assim por diante.

A questão da diferença segue sendo debatida sob outra perspectiva no artigo das pesquisadoras Inês Assunção de Castro **Teixeira** e Maria Jaqueline de **Grammont**, respectivamente da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Federal de São João del Rey (UFSJ), **FILMOGRAFIA SOBRE OS SUJEITOS E SUAS DITAS DEFICIÊNCIAS: PENSANDO O PENSAMENTO**, no qual as autoras analisam 130 filmes de longa metragem de ficção, de diferentes nacionalidades, na elaboração de uma cartografia fílmica das pessoas com deficiência – filmes e suas formas de tratamento do tema da deficiência. A análise contempla produções cinematográficas desde 1930 até 2015, evidenciando-se, conforme apontam as autoras, a crescente visibilidade e participação das pessoas consideradas com deficiência na vida social e nos temas dos filmes, conseguida a partir da pressão dos movimentos sociais, da definição de leis e ações políticas inclusivas e, de uma forma mais gradual, de uma mudança cultural em relação às possibilidades e potencial dessas pessoas e do convívio com a diferença.

Todos os artigos deste Número buscam pensar o que apontam Teixeira e Grammont: esse outro “tipo” de cinema, que nos coloca diante do diferente, porque mira com outros olhos, observa o que não vimos, abrindo-se ao indeterminado, ao relativismo, à multiplicidade. Nos filmes analisados pelas autoras desnudam-se culturas e encaram-se os conflitos e tensões em enredos múltiplos e multifacetados. Assim como Fischer e Marcello, as autoras Teixeira e Grammont apontam que os filmes analisados continuam a nos impactar, às vezes, por vários dias depois de

assisti-los, e seguem provocando o pensamento, atuando em processos de construção e desconstrução, aprendizagens e desaprendizagens de nós mesmos e do mundo que nos rodeia. Trata-se, nestes casos, de um cinema que sensibiliza, que pensa, que interroga, que convoca à alteridade, à sensibilidade, à imaginação, que realmente contribui para o processo de formação humana e para os processos de formação dentro e fora da escola, de forma a conjugar como elementos inseparáveis forma e conteúdo, arte e técnica, ética e estética.

Em diálogo com os dois artigos anteriores que refletem sobre o outro e a diferença sobre outra ótica de pensar, o artigo **CONTAR FILMES OU AUDIODESCREVER? – REFLETINDO SOBRE O ACESSO A FILMES PARA JOVENS CEGOS**, das pesquisadoras Adriana Hoffmann **Fernandes**, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e Margareth de Oliveira **Olegário**, do Instituto Benjamin Constant (IBC), também fala da perspectiva do outro e da diferença, agora para pensar a respeito dos jovens cegos e de suas formas de se relacionarem com o cinema.

Algumas das questões trazidas pelas autoras são: Que ideia de cinema teriam os jovens que não o enxergam? Como pensar sobre um cinema para os que têm acesso ao som, mas não à imagem? Seria essa outra forma de entender o cinema? Guiadas por essas e outras questões, as autoras encaram o desafio de repensar as experiências com os filmes para, sobretudo a partir da vivência de Olegário, cega de nascença, perceberem de perto o que vivem os sujeitos da pesquisa. Nesse diálogo entre as percepções de Olegário e dos demais sujeitos, as demandas do contar e do audiodescrever é que o artigo é tecido pelas autoras, trazendo a questão do outro, da diferença sendo pensada junto e por quem também a vive. As autoras refletem como se dá a alteridade da experiência dos cegos pela cultura do ouvir. Destaca-se também nesse debate a reflexão sobre as políticas de acesso ao audiovisual, direcionadas para esse público, uma questão necessária e que envolve a dimensão política que vem sendo cada vez mais discutida em nossos estudos.

Ainda na direção dessa temática do pensar com o outro no cinema, no artigo **EDUCAÇÃO, CINEMA, MOVIMENTOS SOCIAIS E POVOS DO CAMPO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, a professora Marília **Campos**, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), e a cineasta e pesquisadora Taís **Lobo** pensam o cinema e suas relações com os diferentes preconceitos da sociedade, com as relações de dominação e exclusão e, assim, procuram refletir, a partir da narrativa e da análise de algumas experiências desenvolvidas em solo fluminense, em cursos de extensão e de formação continuada de professores e de escolas do campo, sobre as variadas possibilidades educacionais que o cinema/audiovisual comunitário, associado aos sujeitos

dos movimentos sociais, pode produzir em ações sob a égide da educação popular. Lembram que há atualmente uma grande disputa pela imagem/representação, pela apropriação de ferramentas audiovisuais por mulheres, minorias sexuais, quilombolas, indígenas e outros grupos sociais em luta para que possam narrar suas próprias histórias.

Os temas *identidade e diferença* aparecem na discussão de Campos e Lobo, coletivamente, na busca de se construir um cinema *outro* que tenha uma linguagem politicamente sedimentada nos processos de empoderamento, com foco na identidade negra, jongueira e quilombola. Nesse sentido, as autoras nos fazem pensar que tanto o cinema quanto o “fazer cinematográfico” dos sujeitos podem trazer linguagens promotoras de experiências cinematográficas transgressoras, de metodologias articuladoras de “práticas sociais, políticas e comunitárias *outras*”, contribuindo com os processos cotidianos de educação popular e escolar do país. A apropriação desse “fazer cinematográfico” pelos sujeitos dos movimentos sociais se relaciona com a democratização efetiva dos meios de comunicação, já que, como apontam as autoras, novos/as comunicadores/as contarão novas histórias, ou pelo menos, novas versões de uma história já contada por vias hegemônicas.

A pesquisadora Raquel **Pacheco**, em seu artigo **O CINEMA E A EDUCAÇÃO ENQUANTO CAMPO**, pretende refletir sobre cinema e educação, discutindo as relações entre os dois campos na perspectiva histórica, lembrando que os entusiastas do cinema educativo no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, posicionavam-se em dois grupos: os educadores da Escola Nova e os homens de cinema. Segue refletindo como essa perspectiva histórica veio se configurando a partir das relações políticas dos governos, da igreja católica e do surgimento dos cineclubes, e analisando alguns projetos e suas dinâmicas. A autora destaca que no Brasil há diferentes experiências na área, a maior parte na forma de projetos, dentro ou fora da escola, que procuram fazer uma junção entre o cinema, o audiovisual e a educação, e que, na maior parte das vezes, procuram criar suas metodologias próprias. Com base na tese de doutoramento de Moira Cirello (2010), *Educação Audiovisual Popular (EAP), um panorama brasileiro entre 1990 e 2009*, na qual há a catalogação de 113 entidades brasileiras que desenvolvem projetos através da educação audiovisual popular (EAP), Pacheco reflete sobre o que aponta Cirello, em diálogo com outros pesquisadores da área. Citando o estudo de Duarte (2009), Pacheco nos remete à reflexão de que

O amor pelo cinema, no sentido de uma filia que leva não apenas a ver, mas também a conhecer e apreciar, não se desenvolve sozinho, ao contrário, é construído quase sempre pela mediação de adultos que reconhecem o valor dessa arte e, por isso, entendem que ela precisa fazer parte da vida cultural das novas gerações. (2012, p. 3)

Eis algumas das questões discutidas por Pacheco: Mas o que se quer dizer com “o amor pelo cinema”? Um adulto seria capaz de fazer uma mediação entre o cinema e uma criança ou um jovem, para que este conheça e aprecie o cinema como arte (ou obra de arte) a ponto de ter amor por ele? Como acontece esse percurso entre educador e educando dentro deste processo? Então seria esta a tarefa do educador: compreender o papel quase mágico que o cinema tem de mexer, lidar e suscitar sentimentos, às vezes, os mais escondidos, e trazê-los à tona, colaborando para que os educandos também possam ter sua própria relação pessoal com o cinema (se esta for a sua vontade), seus sentimentos (medos, angústias, dúvidas, questões, reflexões, pensamentos), percebendo no cinema um aliado metodológico e pedagógico para trabalhá-los como seres integrais e humanos? Deste modo, seria possível que crianças e jovens amassem o cinema? Para refletir sobre essas questões, a autora nos remete a vários debates, dentre eles a impossibilidade e o cuidado de não se “didatizar” ou “escolarizar” o cinema.

Os pesquisadores Milene **Gusmão** e Marcelo **Lopes**, ambos da Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB), no artigo **A ESCOLA VAI AO CINEMA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PARCERIA ENTRE O SESC E O CINEDUC PARA FORMAÇÃO AUDIOVISUAL**, trazem algumas questões que também perpassam as reflexões de vários/as dos/as autores/as reunidos/as nesse Número Temático, com o intuito de revisitar parte das questões pelas quais a área de Cinema e Educação caminha, mas sem a intencionalidade de lhes dar respostas definitivas, e sim de movimentar o pensamento a respeito delas. Afinal, quais seriam os recursos, os procedimentos, os modelos operacionais que trouxeram resultados significativos nos trabalhos de cinema nas escolas? Seria mesmo necessário estabelecer metodologias para viabilizar a inserção do cinema nas escolas? Não há um excesso de controle quando se define de antemão quais filmes exibir em ambientes escolares? Ou mesmo quando se recomenda critérios de seleção para exibição cinematográfica nas escolas? Ou ainda quando se considera que a estruturação de cineclubes por professores e alunos seja a melhor opção para viabilizar a ampliação de público para os filmes brasileiros?

Gusmão e Lopes analisam as ações do projeto *A Escola Vai ao Cinema*, realizado de 2001 a 2007, em parceria entre o SESC e o Cineduc, instituição de referência na formação de professores, para compreender a proposição de formação cinematográfica e audiovisual desenvolvida por essas instituições, mediante sessões de cinema e oficinas destinadas a professores e estudantes de diversas escolas do país. Viabilizar o encontro com o cinema, a formação por dentro da arte, em espaços como o escolar, no exercício da fruição artística, foi um dos objetivos do projeto analisado e apresentado por Gusmão e Lopes.

O artigo da professora Ana Paula Nunes de **Abreu**, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), **PROJETANDO IDEIAS A PARTIR DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS SOBRE FILMES**, reúne e coteja o material impresso que acompanha vários projetos de políticas públicas vinculados de alguma forma à questão “Cinema e Educação”, em diferentes partes do mundo, seja na Inglaterra, França, Espanha, Chile ou Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia), detendo-se mais demoradamente ao analisar o encarte “*Projetando ideias*” da *Caixa Anjo Negro*, destinado a educadores vinculados à experiência realizada em sua própria instituição, baseada na proposta triangular de Ana Mae Barbosa para o ensino artístico (apreciar, contextualizar, produzir), desenvolvida por estudantes de Cinema e Artes Visuais, e idealizada pela Professora Cyntia Nogueira, coordenadora do Cineclube Mário Gusmão.

Abreu propõe em seu artigo refletir sobre como aprender a “apreciar” cinema – expressão que conjuga a racionalidade da análise com o prazer da fruição; em seu percurso textual, cita a origem cineclubista das “fichas cinematográficas” no pós-guerra e realiza um breve panorama dos tipos de materiais pedagógicos sobre os filmes utilizados em projetos atuais, para, por fim, focar sua análise e reflexão sobre um desses materiais. Segundo a autora, muitos artistas rejeitam a ideia da produção de “materiais pedagógicos” sobre suas obras, ao contrário dos produtores e agentes do mercado cinematográfico que estão enxergando na educação uma potencial forma de distribuição alternativa dos seus filmes. Portanto, torna-se importante que educadores também estejam nesse espaço de análise, em diálogo com os demais setores.

A importância desse diálogo reflete-se, inclusive, na preocupação com a preservação dos materiais cinematográficos, tema do artigo **PASSADO, PRESENTE E FUTURO: MEMÓRIA, EDUCAÇÃO E CINEMA NA PARAÍBA** da professora e pesquisadora Virgínia de Oliveira **Silva**, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Nele, há o debruçar reflexivo sobre a *Rede Nordestina Audiovisual (RNA)*; o *Cinema Paraibano: Memória e Preservação (CP:MP)*; e o *Indie Cine App*, ações desenvolvidas por pesquisadores de instituições públicas de ensino superior no Estado da Paraíba, em relação à preservação, à memória e ao registro do material audiovisual.

Silva, em sua análise reflexiva, detém-se mais especificamente sobre o projeto *Cinema Paraibano: Memória e Preservação*, que, sob a coordenação dos Professores Falcone e Amorim da UFPB, realizou a telecinagem de filmes paraibanos em Super-8 e em 16 mm das décadas de 1970 e 1980. A autora ressalta o papel e a importância de ações como as deste projeto, em torno da preservação e da livre circulação cinematográficas, tanto para estudiosos e pesquisadores da área de Cinema e Educação quanto para quaisquer outras pessoas interessadas na temática, cumprindo a

função de democratização do acesso aos filmes, não só naquilo que tange ao conteúdo narrativo do objeto telecinado, mas também ao próprio processo histórico da linguagem cinematográfica e da mudança de formato e dos suportes fílmicos. Trata-se do único artigo deste Número Temático que trata do árduo trabalho de preservação audiovisual e nos mostra que a democratização da acessibilidade a bens culturais cinematográficos, através da digitalização e da disponibilização na grande rede de computadores, deve ser parte de uma política da área, colocando ao alcance de quem se interessar os materiais audiovisuais que até então se encontravam inacessíveis ao público em geral.

E é por pensarmos que pensar o Cinema e a Educação seja pensar os filmes, os modos de percepção e de relação que travamos com eles, as aprendizagens e os modos de ensinar, como também pensar os mecanismos para a sua difusão (e preservação), é que este Número Temático se encerra trazendo o artigo **A ESCOLA E O CINEMA: ALGUMAS REFLEXÕES E APREENSÕES FRENTE À LEI 13.006/14**, dos pesquisadores Adriana Mabel **Fresquet** e Bruno Teixeira **Paes**, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Fresquet e Paes apresentam algumas reflexões sobre a lei do audiovisual (Lei 13.006/14) para a educação básica, sancionada no ano de 2014, e que mobilizou alguns setores interessados, movimentando debates entre distribuidores, cineastas, professores e especialistas da área de Cinema e Educação. A lei inclui um novo parágrafo ao artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9.394/96), em que se determina que a exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar e deverá ser integrada à proposta pedagógica da escola, tornando a exibição de filmes nacionais na escola obrigatória. Os autores trazem no artigo os diferentes pontos de vista de realizadores, produtores e educadores, a respeito dos possíveis impactos, entraves e possibilidades do uso obrigatório do cinema nacional nas escolas brasileiras, problematizando-os, como, por exemplo, a discussão trazida por Migliorin (2010), um dos autores citados no texto: “se o cinema deve ensinar alguma coisa (o que não é necessariamente uma verdade), mas se, para adentrar o espaço da escola, ele tenha que assumir algum tipo de compromisso, ele deve ser o de explorar a *ignorância sobre o mundo*, o ponto onde **criação** e **pensamento** se conectam.”

Assim, como afirmam autores como Gusmão e Lopes, muitas das questões trazidas nesses artigos revelam algumas das contradições do campo Cinema e Educação, perceptíveis quando algumas instituições escolhem centrar suas atividades “apenas” no campo da promoção do cinema como modalidade de arte e não de educação ou vice-versa. Isso se torna visível nos currículos e

cursos de formação de professores e em algumas publicações da área da Educação que consideram, em sua maioria, o cinema como recurso para tornar a aula *divertida* ou como uma atividade acessória, não o considerando como *tempoespaço* relevante de aprendizagem e formação que realmente é, como tão bem demonstram todas as discussões apontadas nos artigos desse Número Temático. A revista TEIAS abre assim um importante espaço político para o reconhecimento da área de Cinema e Educação em um periódico da Educação. Aproveitem a leitura e aprofundem os diálogos!